GRUPO energisa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

ENERGISA GOIÁS
TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
CNPJ Nº 28.092.478/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2020 e 2019 . Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários. Cataguases, 18 de março de 2021.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2020			2019		
Receita líquida (RL)	104.007			236.904		
Resultado operacional (RO)	63.347			108.559		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.387			2.106		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	42	3,03%	0,04%	55	2,61%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	378	27,25%	0,36%	437	20,75%	0,18%
Previdência privada	45	3,24%	0,04%	74	3,51%	0,03%
Saúde	21	1,51%	0,02%	44	2,09%	0,02%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	188	13,55%	0,18%	418	19,85%	0,18%
Outros	1	0,07%	0,00%	307	14,58%	0,13%
Total - Indicadores sociais internos	**675**	**48,65%**	**0,64%**	**1.335**	**63,39%**	**0,56%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**0**	**0,00%**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0,00%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.749	10,65%	6,49%	-4.000	-3,14%	-1,56%
Total - Indicadores sociais externos	**6.749**	**10,65%**	**6,49%**	**-4.000**	**-3,14%**	**-1,56%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.051	1,66%	1,01%	1.238	1,14%	0,52%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**1.051**	**1,66%**	**1,01%**	**1.238**	**1,14%**	**0,52%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2020**			**2019**		
Nº de empregados(as) ao final do período	-			5		
Nº de admissões durante o período	-			1		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			2		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) segue as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020: 74.191**			**Em 2019: 111.383**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	12% governo 1% colaboradores(as) 15% acionistas 7% terceiros 65% retido			3% governo 0% colaboradores(as) 0% acionistas 2% terceiros 95% retido		

7 - Outras Informações	2020	2019
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos	-	-
7.1.1 - Investimento da União	-	-
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-
7.2 - Programa de eficiência Energética	-	-
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-	-
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-	-

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)	01/01/19 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5.1	205	176	70
Aplicação no Mercado Aberto	5.2	18.613	-	-
Clientes	6	3.436	-	-
Tributos a recuperar	7	473	1.013	4.858
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	38.084	-	-
Outros créditos		2.405	16	33
Total do circulante		63.216	1.205	4.961
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	438.965	402.848	166.480
		438.965	402.848	166.480
Imobilizado	11	7	9	-
Intangível	12	31	44	57
Total do não circulante		**439.003**	**402.901**	**166.537**
Total do ativo		**502.219**	**404.106**	**171.498**

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)	01/01/19 (Reapresentado)
Passivo				
Cirulante				
Fornecedores	13	14.482	5.594	36.274
Impostos e contribuições sociais	14	8.421	1.451	2.164
Benefício pós emprego		-	-	14
Dividendos a pagar	15.6	11.060	-	
Outras contas a pagar		2.259	579	351
Total do circulante		**36.222**	**7.624**	**38.803**
Não cirulante				
Impostos e contribuições sociais	14	13.489	13.797	15.083
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	11.505	11.768	16.352
Benefício pós emprego		-	-	81
Débitos com partes relacionadas	9	102.552	92.515	-
Outras contas a pagar		-	12	14
Total do não circulante		**127.546**	**118.092**	**31.530**
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital				
Capital social	15.1	128.361	70.151	6.628
Reserva de capital	15.2	117	39	11
Reserva especial de dividendos	15.5	71.805	38.569	7.405
Reserva de lucros	15.4	126.098	123.826	23.539
Outros resultado abrangentes	15,7	-	-	(56)
Lucros acumulados		-	(12.405)	5.114
		326.381	220.180	42.641
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	12.070	58.210	58.524
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		**338.451**	**278.390**	**101.165**
Total do passivo e patrimônio líquido		**502.219**	**404.106**	**171.498**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		59.817	210.178
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		44.190	26.726
Receita operacional líquida	16	104.007	236.904
Custo de operação	17	(36.571)	(125.459)
Lucro bruto		**67.436**	**111.445**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.262)	(994)
Outras depsesas		82	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**66.256**	**110.451**
Receitas financeiras		158	59
Despesas financeiras		(3.067)	(1.951)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(2.909)**	**(1.892)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**63.347**	**108.559**
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(224)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(4.149)	5.374
Lucro líquido do exercício		**58.974**	**113.932**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$	18	**0,52**	**2,30**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		58.974	113.932
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	15.7	-	56
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		58.974	113.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	16	74.698	106.722
Receita de construção da infraestrutura	16	35.091	130.209
Outras receitas		1.130	-
		110.919	236.931
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	17	(2.955)	(134)
Outros custos operacionais	17	(33.917)	(125.459)
		(36.872)	(125.593)
Valor adicionado bruto		**74.047**	**111.338**
Retenções			
Depreciação e amortização	17	(14)	(14)
Valor adicionado líquido produzido		**74.033**	**111.324**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		158	59
Valor adicionado a distribuir		**74.191**	**111.383**
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		511	310
Benefícios		64	100
FGTS		92	102
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		9.266	(5.436)
Estaduais		3	1
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		5.281	2.374
Remuneração de capitais próprios			
Reserva Legal		2.328	6.572
Dividendos		11.060	31.220
Reserva de retenção de lucros		33.181	93.659
Lucros acumulados		12.405	(17.519)
		74.191	**111.383**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	18	58.974	113.932
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	4.373	(5.373)
PIS & COFINS diferido	14	3.909	167
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(2.364)	
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão		(26.277)	(79.493)
Amortização e Depreciação	17	15	14
Remuneração do ativo de contrato da concessão	10	(46.208)	(26.666)
Pagamento baseado em ações	15.2	78	28
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de tributos a recuperar	7	540	3.845
Diminuição Clientes		29.939	-
(Aumento) diminuição de outros créditos		(2.389)	(687)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		9.488	4.133
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais e tributos diferidos		(1.883)	(673)
Aumento de outras contas a pagar		1.667	187
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**29.862**	**9.414**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(18.462)	(10)
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	10	(33.478)	(165.022)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(51.940)**	**(165.032)**
Atividades de financiamento			
Partes relacionadas	9	10.037	92.515
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	12.070	63.209
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**22.107**	**155.724**
Variação líquida do caixa		**29**	**106**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	176	70
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	205	176
Variação líquida do caixa		**29**	**106**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos	Lucro (Prejuizos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019 - reapresentado		**6.628**	**11**	**1.547**	**22.048**	**7.349**	**5.114**	**(56,00)**	**58.524**	**101.165**
Recursos destinados a futuro aumento de capital	**15.1**	-	-	-	-	-	-	-	4.999	4.999
Aumento de capital conforme AGOE de 26/04/2019 e AGE de 29/05/2019	15.1	63.523	-	-	-	-	-	-	(63.523)	-
Programa de Remuneração Variável (ILP)	15.2	-	28	-	-	-	-	-	-	28
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	113.932	-	-	113.932
Proposta de destinação do lucro líquido:										-
Reserva Legal	15.3	-	-	6.572	-	-	(6.572)	-	-	-
Reserva especial de dividendos	15.5	-	-	-	-	31.220	(31.220)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	15.4	-	-	-	93.659	-	(93.659)	-	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	58.210	58.210
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	15.7	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Saldos em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado		**70.151**	**39**	**8.119**	**115.707**	**38.569**	**(12.405)**	**-**	**58.210**	**278.390**
Aumento de capital conforme AGOE em 30/04/2020	15.1	58.210	-	-	-	-	-	-	(58.210)	-
Ajuste reserva legal de 2018		-	-	(222)	-	-	-	-	-	(222)
Ajuste reserva retenção de lucros de 2018		-	-	-	166	-	-	-	-	166
Ajuste reserva especial de dividendos de 2018		-	-	-	-	55	-	-	-	55
Programa de Remuneração Variável (ILP)	15.2	-	78	-	-	-	-	-	-	78
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	58.974	-	-	58.974
Proposta de destinação do lucro líquido:										
Reserva Legal	15.3	-	-	2.328	-	-	(2.328)	-	-	-
Dividendos	15.6	-	-	-	-	-	(11.060)	-	-	(11.060)
Reserva especial de dividendos	15.5	-	-	-	-	33.181	(33.181)	-	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	12.070	12.070
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**128.361**	**117**	**10.225**	**115.873**	**71.805**	**-**	**-**	**12.070**	**338.451**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("Companhia"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de junho de 2017 e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica. **1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica:** Em 11 de agosto de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº24/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 11 de agosto de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás, compostas pela Linha de Transmissão Rio Verde Norte - Jatai, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 136 km, com origem na Subestação Rio Verde Norte e término na Subestação Jatai; pelo pátio novo de 230 kV na SE Rio Vede Norte, 500/230 kV, (6+1R) x 224 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço. A controladora indireta Energisa S/A foi vencedora do lote do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") da concessão da linha de transmissão de Goiás (lote 3), ocorrido em 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo. Em 13 de março de 2020, a Companhia, iniciou suas operações energizando a linha de transmissão. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão. As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são: I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão; II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico; IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória. V – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. **1.2. Efeitos da Covid-19 :** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Covid-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produtos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atrasos e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras padronizadas de 31 de dezembro de 2020. Algumas medidas protetivas aos colaboradores da Companhia foram adotados, destacando-se: (i) criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pelas empresas do Grupo Energisa além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; (ii) disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; (iii) criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares; (iv) afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testado positivo; (v) regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia; (vi) para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações; (vii) suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; (viii) reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas; (ix) Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória nº 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP nº 936 foi transformada na Lei nº 14.020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. A última mudança que impacta na conhecida MP nº 936, agora Lei nº 14.020, foi publicada no DOU do dia 24 de agosto de 2020. Trata-se do Decreto nº 10.470, que prorroga mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como são orientados pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2021. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 20. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); III. Nota explicativa nº 11 - Imobilizado; IV. Nota explicativa nº 12 - Intangível; e V. Nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Reapresentação dos valores correspondentes:** Em 01 de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta as transmissoras de energia elétrica quanto ao atendimento aos aspectos relevantes do CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os principais assuntos relevantes neste Ofício referem-se a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 - SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional. Desde a implementação do CPC 47 e CPC 48, em 01 de janeiro de 2018, a Companhia vem adotando como política contábil, em consenso com o mercado de transmissão de energia elétrica, os requerimentos contidos nestes Pronunciamentos, como a taxa aplicada para a remuneração dos contratos de concessão que é definida no momento inicial de cada projeto e não sofre alterações posteriores. Adicionalmente, as margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção são distintas. No entanto, para fins de cumprimento literal ao Ofício 04 da CVM, e em consonância com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, a Administração adequou suas práticas contábeis e optou pela reapresentação dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2019 e saldos de abertura para seguir as orientações do regulador, com as seguintes alterações: a) Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2019: ajuste por reconhecimento do ganho na infraestrutura da construção no momento de sua ocorrência.

Balanço patrimonial	Divulgado 01.01.2019	Ajustes	Reapresentado 01.01.2019
Ativo			
Concessão do serviço público - ativo de contrato	160.769	5.711	166.480
Total do não circulante	160.769	5.711	166.480
Ativo Total	165.787	5.711	171.489
Passivo			
Impostos e contribuições sociais	14.874	209	15.083
Impostos e contribuições sociais diferidos	15.964	388	16.352
Total do não circulante	30.933	597	31.530
Lucros acumulados	-	5.114	5.114
Patrimônio Líquido	96.051	5.114	101.165
Passivo Total	165.787	5.711	171.498

b) Rubricas que compõem a receita operacional líquida, incluindo os efeitos tributários correspondentes, foram ajustados em consequência dos efeitos sobre o reconhecimento da margem de construção e operação e manutenção e determinação da taxa de desconto do ativo contratual pela metodologia da taxa implícita ao invés da taxa WACC regulatória. Bem como, a segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão. Estes efeitos alteraram, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e demonstração dos valores adicionados do exercício de 2019.

Balanço patrimonial	Divulgado 31.12.2019	Ajustes	Reapresentado 31.12.2019
Ativo			
Concessão do serviço público - ativo de contrato	416.668	(13.820)	402.848
Total do não circulante	416.721	(13.820)	402.901
Ativo Total	417.926	(13.820)	404.106
Passivo			
Impostos e contribuições sociais	14.291	(494)	13.797
Impostos e contribuições sociais diferidos	12.689	(921)	11.768
Total do não circulante	119.507	(1.415)	118.092
Lucros acumulados	-	(12.405)	(12.405)
Patrimônio Líquido	290.795	(12.405)	278.390
Passivo Total	417.926	(13.820)	404.106

Demonstração do Resultado do Exercício	Divulgado 31.12.2019	Ajustes	Reapresentado 31.12.2019
Receita operacional líquida	255.731	(255.731)	-
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	-	210.178	210.178
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	-	26.726	26.726
Receita líquida total	255.731	(18.827)	236.904
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	129.278	(18.827)	110.451
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	127.386	(18.827)	108.559
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.065	1.308	5.373
Lucro líquido do exercício	131.451	(17.519)	113.932

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Divulgado 31.12.2019	Ajustes	Reapresentado 31.12.2019
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2019	96.051	5.114	101.165
Lucro líquido do exercício	131.451	(17.519)	113.932
Total do patrimônio líquido	290.795	(12.405)	278.390

Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 31.12.2019	Ajustes	Reapresentado 31.12.2019
Lucro líquido do exercício	131.451	(17.519)	113.932
Total de outros resultados abrangentes do exercício	131.507	(17.519)	113.988

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 31.12.2019	Ajustes	Reapresentado 31.12.2019
Remuneração de construção da infraestrutura	126.113	(19.391)	106.722
Valor adicionado bruto	130.729	(19.391)	111.338
Valor adicionado líquido produzido	130.715	(19.391)	111.324
Valor adicionado a distribuir	130.774	(19.391)	111.383
Impostos, taxas e contribuições - Federais	(3.564)	(1.872)	(5.436)
Reserva Legal	6.572	-	6.572
Dividendos	31.220	-	31.220
Reserva de retenção de lucros	93.659	-	93.659
Lucros acumulados	-	(17.519)	(17.519)

ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.

GRUPO energisa

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 31.12.2019	Ajustes	Reapresentado 31.12.2019
Lucro líquido do exercício	131.451	(17.519)	113.932
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(4.065)	(1.308)	(5.373)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(125.689)	99.029	(26.699)
Margem de construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-	(79.493)	(79.493)

3.2. Principais políticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros**: ***Ativos financeiros***: Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

	Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020 compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração -** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente -** a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c. Contrato de concessão dos serviços públicos** – corresponde ao contrato de concessão nº 24/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente está atendido de forma a refletir o negócio transmissão de energia elétrica. Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo de contrato. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 11% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, , registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. **d. Clientes** – inclui os valores a receber referente a Receita Anual Permitida contabilizado com base no regime de competência. **e. Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 11); **f. Intangível -** os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas, cuja amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos. A amortização de softwares está sendo realizada à taxa de 20% a.a. (nota explicativa nº 12); **g. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso em sua totalidadede acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20), atendendo o período de construção e deliberação do seu contrato de concessão quanto a capitalização dos juros; **h. Imposto de renda e contribuição social** – a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. **i. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **j. Receita Operacional –** as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas operacionais da Companhia, são: • **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento. • **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 11% ao ano; • **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e • **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão. **k. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; **l. Fluxo de caixa** - A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. **m. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.3. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia**:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1. Caixa e Equivalente de caixa:

Descrição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	170	176
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	35	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	**205**	**176**

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos e entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 113,5% do CDI.

	2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	**18.613**
Fundo de Investimentos Exclusivos [1]	
Títulos públicos	7.024
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	6.980
Letra Financeira do Tesouro (LF)	3.634
Letra Financeira (LTN)	112
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	863
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	**18.613**

(1) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTNF são remuneradas a 113,5% do CDI no Fundo FI Energisa.

6. CONTAS A RECEBER

	2020
Contas a receber com partes relacionadas	131
Contas a receber de demais clientes	3.305
Total – circulante	**3.436**

Valor referente a Receita Anual Permitida (RAP) da companhia que iniciou suas operações em março de 2020.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	2020	2019
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	968
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	88	10
Contribuição Social s/o Lucro – CSLL	57	25
Contribuições ao PIS e a COFINS	328	10
Total – circulante	**473**	**1.013**

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	2019 (reapresentado)
Passivo		
Imposto de renda	8.460	8.653
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.045	3.115
Total	**11.505**	**11.768**
Total líquido – passivo não circulante	**(11.505)**	**(11.768)**

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2020		2019 (reapresentado)	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(33.839)	(11.505)	(34.612)	(11.768)
Total – Ativo (passivo) não circulante	**(33.839)**	**(11.505)**	**(34.612)**	**(11.768)**

No exercício de 2020 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	2020		2019 (reapresentado)	
Regime lucro presumido	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receitas de operações com transmissão de energia	3.459	4.496	-	-
Receitas operacional bruta	89.261	89.261	255.898	255.898
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a receita bruta	7.418	11.251	20.472	30.708
Receitas financeiras	26	32	3	3
Base de cálculo total	7.444	11.283	20.475	30.711
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Outros	(1.084)	(413)	10.204	3.052
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(2.945)**	**(1.428)**	**(5.085)**	**(288)**

9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias: • Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; • Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; A Energisa Transmissão de Energia S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas: • Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB); • Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Serviços Aéreos S/A; • Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda; • Energisa Soluções S/A (ESO); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; • Energisa Geração Usina Maurício S/A; • Parque Eólico Sobradinho Ltda; • Energisa Comercializadora de Energia Ltda; • Voltz Capital S/A; e, A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue: • Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A: • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS); • Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); • QMRA Participações S/A; e Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Serviços prestados (4)	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes	Partes relacionadas (2)	Despesa com partes relacionadas	Recursos destinados a futuro aumento de capital (1)
Energisa Soluções S/A (3)	(5.020)	-	(136)	-	-	-	-
Energisa S/A	-	-	-	-	(102.552)	(4.893)	-
Energisa Transmissão de Energia S/A	-	-	-	-	-	-	(12.070)
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	133	-	16	-	-	-
Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A	-	17	-	2	-	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	82	-	10	-	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	311	-	39	-	-	-
Energisa Sergipe -Distribuidora de Energia S/A	-	84	-	10	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul -Distribuidora de Energia S/A	-	177	-	21	-	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	158	-	19	-	-	-
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S. A.	-	29	-	3	-	-	-
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	-	13	-	2	-	-	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	-	111	-	9	-	-	-
2020	**(5.020)**	**1.115**	**(136)**	**131**	**(102.552)**	**(4.893)**	**(12.070)**
2019	**(3.427)**	**-**	**(237)**	**-**	**(92.515)**	**(424)**	**(58.210)**

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados. (2) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,4084 a.a. (CDI +0,6051 a.a. em 2019). (3) **Energisa Soluções S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. (4) Os serviços prestados referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores:

	2020	2019
Remuneração dos membros da Diretoria	267	444
Outros Benefícios [a]	135	130

(a) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes relativas ao mês de dezembro foram de R$25 e R$25 (R$22 e R$22 em 2019), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2020 foi de R$25 (R$22 em 2019). **Programa de Remuneração Variável – ILP:** A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordiná\ria e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance *(Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 1.768 units e período de aquisição do direito *(vesting)* de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 1.552 units e período de aquisição do direito *(vesting)* de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance *(Performance Shares)* outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas: Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	1.768	1.552
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco [a]	8,2%	7,7%
Volatilidade [b]	29,29%	25,06
Valor justo na data da outorga	R$44,25	R$54,97

(a) Para 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022). (b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 , foram contabilizados R$78 (R$28 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2020 R$117 (R$39 em 2019). A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO DE CONTRATO)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida – RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	EGO
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte – Jataí
Margem de construção	67,38%
Margem de operação e manutenção	11,39%
Taxa de remuneração	8% a 11%
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos até 31 de dezembro de 2020	255.912
RAP Anual	36.703
Ativo de contrato 01 de janeiro de 2019 – reapresentado	**166.480**
Receita de remuneração do ativo de contrato	26.666
Receita das margens da obrigação de performance de construção	40.846
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	38.647
Receita de construção da infraestrutura	130.209
Ativo de contrato 31/12/19 – reapresentado	**402.848**
Receita de remuneração do ativo de contrato	46.208
Receita das margens da obrigação de performance de construção	42.092
Receita de operação e manutenção	4.496
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(20.311)
Receita de construção da infraestrutura	35.091
Recebimento RAP	(33.375)
Ativo de contrato 31/12/20	**477.049**
Circulante	38.084
Não Circulante	438.965

11. IMOBILIZADO

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação	Saldos 2019	Depreciação	Saldos 2020
Em Serviço				
Custo				
Máquinas e Equipamentos	16.67%	10	-	10
Total do imobilizado em serviço		**10**	**-**	**10**
Depreciação acumulada				
Máquinas e Equipamentos		(1)	(2)	(3)
Total Depreciação acumulada		**(1)**	**(2)**	**(3)**
Total do Imobilizado		**9**	**(2)**	**7**

	Taxa Média de Depreciação	Saldos 2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 2019
Em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16.67%	-	-	10	-	10
Total do imobilizado em serviço		**-**	**-**	**10**	**-**	**10**
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		-	-	-	(1)	(1)
Total Depreciação acumulada		**-**	**-**	**-**	**(1)**	**(1)**
Subtotal Imobilizado						
Imobilizado em curso		-	10	(10)	-	-
Total do Imobilizado		**-**	**10**	**-**	**(1)**	**9**

12. INTANGÍVEL

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2019	Amortização	Saldos 2020
Em Serviço				
Custo:	20%	63	-	63
Amortização Acumulada		(19)	(13)	(32)
Total		**44**	**(13)**	**31**

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2018	Amortização	Saldos 2019
Em Serviço				
Custo:	20%	63	-	63
Amortização Acumulada		(6)	(13)	(19)
Total		**57**	**(13)**	**44**

13. FORNECEDORES

	2020	2019
Materiais	-	3.697
Serviços	14.482	1.897
Total - circulante	**14.482**	**5.594**

Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção de Linhas de Transmissão.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2020	2019 (reapresentado)
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	47	154
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.567	1
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	1.392	4
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	17.690	13.781
Encargos Sociais	85	949
Imposto de renda retido na fonte	100	152
Imposto sobre serviços – ISS	5	206
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	24	1
Total	**21.910**	**15.248**
Circulante	8.421	1.451
Não circulante	13.489	13.797

(*) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital Social: O capital social é de R$128.361 (R$70.151 em 2019), representando 128.360.558 (70.150.558 em 2019) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2020 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$58.210, passando o capital social da Companhia de R$70.151 para R$128.361, com emissão de 58.210.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação. Todas as novas ações foram integralmente subscritas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A. e integralizadas mediante a capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da Energisa Transmissão de Energia S.A. registrados até 31 de dezembro de 2019, no valor de R$58.210. **15.2. Reserva de Capital:** Em 31 de dezembro de 2020 inclui o montante de R$117 (R$39 em 2019) referente ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 9). **15.3. Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **15.4. Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não destinou saldo para composição de suas reservas de retenção de lucro. No ano de 2019 R$93.659 em 2019 foram destinados para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária. **15.5. Reserva Especial de dividendos:** A Companhia destinou o saldo dos dividendos adicionais propostos no montante de R$33.181) calculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram destinados a reserva especial de dividendos. A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$31.220 foram destinados a reversa especial de dividendos. De acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. **15.6. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	58.974	113.932
– Efeitos Ofício CVM [*]	(12.405)	17.519
Reserva legal – 5%	(2.328)	(6.572)
Lucro líquido ajustado	**44.241**	**124.879**
Dividendos obrigatórios (25%)	11.060	31.220
. Dividendos a pagar – R$0,086165558 por ação oridnária	11.060	-
. Reserva especial de dividendos – R$0,2584984249 (R$0,445037334 em 2019) por ação ordinária	33.181	31.220
Total dos dividendos	**44.241**	**31.220**
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	25%

[*] Vide nota explicativa nº 3.1.

15.7. Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2019
Saldo inicial – 2018	**(56)**
Ganho e perda atuarial – benefícios a empregados	56
Saldo final – 2019	**-**

16. RECEITA OPERACIONAL

	2020	2019 (reapresentado)
Receita de construção da infraestrutura	35.091	130.209
Ganho (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(20.311)	38.647
Receita das margens da obrigação de performance da construção	42.092	40.846
Receita de operação e manutenção	4.496	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	46.208	26.666
Outras receitas	1.130	-
Total de receita operacional bruta	**108.706**	**236.368**
Deduções da receita operacional		
Pis Corrente	(29)	-
Pis Diferido	(723)	96
Cofins Corrente	(135)	-
Cofins Diferido	(3.375)	440
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(331)	-
Taxa de fiscalização	(106)	-
Dedução da receita	**(4.699)**	**536**
Receita operacional líquida	**104.007**	**236.904**

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2020	2019
Pessoal líquido de transferência para ordens em curso	-	818	818	744
Entidade de previdência privada	-	45	45	74
Programa de remuneração variável (ILP)	-	78	78	28
Material	-	8	8	5
Serviços de terceiro	2.741	206	2.947	129
Depreciação e amortização	-	15	15	14
Custo de construção	33.810	-	33.810	125.456
Outras	20	92	112	3
	36.571	**1.262**	**37.833**	**126.453**

18. LUCRO POR AÇÃO

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	58.974	113.932
Média ponderada das ações	113.808	49.456
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	**0,52**	**2,30**

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 2020	2019
Risco Operacional	13/03/2022	50.000	151	-
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	4	-
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	1	-
			156	1

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCO

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

		2020		2019	
ATIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		205	205	176	176
		205	**205**	**176**	**176**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	18.613	18.613	-	-
		18.613	**18.613**	-	-
		2020		**2019**	
PASSIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado:					
Fornecedores		14.482	14.482	5.594	5.594
Débitos com partes relacionadas		102.552	102.552	92.515	92.515
		117.034	**117.034**	**98.109**	**98.109**

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado. Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa). **Gerenciamento de risco financeiro:** A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da controladora Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gerenciamento dos riscos de crédito:** É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não operou com derivativos. **Gerenciamento dos riscos de liquidez:** Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

21. MEIO AMBIENTE (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo: **1. Programa de Gestão Ambiental da Operação -** O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão (LT) 230kV SE Rio Verde Norte – SE Jataí C1 e C2 – CD. **2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos –** Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos. **3. Gestão de Resíduos Sólidos -** As Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento. **4. Programa de Comunicação Social –** programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento. A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia possui Licença de Funcionamento (Operação) nº 78/2020 emitida em 17 de fevereiro de 2020 com vencimento em 17 de fevereiro de 2030 para o trecho SE Rio Verde Norte - SE Jataí. No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R$1.051 (R$1.238 em 2019).

	Licenças expedidas			
Empresa	**Trecho**	**Licença instalação nº**	**Data Emissão**	**Vencimento**
EGO I	SE Rio Verde Norte - SE Jataí	703/2018	06/05/2019	05/05/2022

(*) As informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

22. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2019 e 2018, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2020	2019
Atividades operacionais		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	46.208	130.442
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	26.277	-
Fornecedores	-	600
Atividades de investimento		
Intangível - Fornecedores	-	600
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	58.210	63.523

23. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novos ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Geraldo César Mota - Diretor Presidente
Maurício Perez Botelho - Diretor Administrativo
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor sem Designação Específica
Gabriel Mussi Moraes - Diretor de Transmissão
Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC-MG 42.523/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A.** Cataguases - MG
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. • Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6
Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC - 1RJ 101.080/O-0

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

Mercedes-Benz anuncia paralisação em Juiz de Fora

Falta de insumos e Covid-19 motivaram a decisão

SANDRA CARVALHO

A Mercedes-Benz vai interromper a produção nas fábricas de veículos em Juiz de Fora, na Zona da Mata, e em São Bernardo do Campo (SP), entre esta sexta-feira (26) e o dia 5 de abril. A decisão, tomada em conjunto com os sindicatos de metalúrgicos dos municípios, visa administrar a dificuldade de abastecimento de peças e componentes na cadeia de suprimentos. A medida também tem o objetivo de contribuir para o isolamento social nas cidades, reduzindo a contaminação pela Covid-19. Em nota, a Mercedes-Benz informou também que a paralisação atende à antecipação de feriados determinada pelas prefeituras locais.

Após os nove dias de interrupção das atividades, a Mercedes-Benz concederá férias coletivas a grupos alternados de funcionários

Após os nove dias de interrupção das atividades, a montadora concederá férias coletivas a grupos alternados de funcionários. "Assim, teremos um grupo de produção menor mantendo os protocolos de distanciamento, mas continuaremos a atender os nossos clientes com nossos produtos e serviços", diz a nota. A rede de concessionários e oficinas da marca permanecerão em funcionamento, com exceção daquelas localizadas em estados ou cidades em que há orientação do poder público de interrupção das atividades, como é o caso de Juiz de Fora.

Os colaboradores administrativos da Mercedes-Benz continuarão trabalhando em regime de *home office*. Ao todo, a companhia emprega cerca de 10 mil profissionais no Brasil. Em Juiz de Fora, são 830 funcionários.

"Considerando os empregos diretos e indiretos, essa decisão fará com que cerca de 1.200 pessoas fiquem em suas casas em Juiz de Fora. São medidas necessárias, considerando os elevados índices de casos em mortes na cidade e à falta de insumos ao setor", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora e Região, João César Silva.

Silva explicou que, pelo acordo entre a montadora e o sindicato, as próximas sexta-feira e segunda-feira serão contabilizadas no banco de horas dos trabalhadores. Já terça, quarta e quinta-feira da próxima semana serão dias de antecipação dos feriados. "Em seguida, vem o final de semana. Garantiremos, dessa forma, nove dias de isolamento dos funcionários. A partir do dia 5, começam as férias coletivas alternadas". Segundo Silva, as férias poderão ser interrompidas caso o cenário da pandemia na cidade mineira melhore. "Mas pode haver uma paralisação ainda maior caso o quadro se agrave", acrescentou.

O sindicalista informou ainda que se reuniu com grupos de colaboradores da Mercedes na fábrica de Juiz de Fora, na manhã de ontem, para um trabalho de conscientização. "Precisamos que todos entendam que não são férias ou viagens. É uma parada para conter um vírus, para proteger a vida, para garantir saúde e emprego. Estamos trabalhando nessa conscientização. É preciso que fiquem em casa", ressaltou.

DIVULGAÇÃO

Na planta em Juiz de Fora cerca de 830 trabalhadores ficarão em casa até o dia 5 de abril

Fiat - No início deste mês, a montadora Fiat anunciou férias coletivas de um dos turnos de trabalhadores, em uma de suas três linhas de produção da planta de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram 600 funcionários que ficaram paralisados por dez dias também devido a problemas no fornecimento de insumos e componentes. A medida envolveu menos de 10% do efetivo da unidade.

TRAGÉDIA EM MARIANA

Justiça determina diagnóstico da Renova

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve na Justiça Federal decisão liminar para garantir diagnóstico independente de todas as atividades desenvolvidas pela Fundação Renova, entidade criada para reparar os danos sociais, econômicos e ambientais do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015 na cidade de Mariana (região Central).

Após pedido da AGU, a 12ª Vara Federal de Belo Horizonte determinou a nomeação de perito oficial para elaborar, em até seis meses, análise técnica sobre os "problemas estruturais e gargalos internos" da organização, de acordo com nota divulgada pela AGU.

Os pedidos da AGU envolviam o remodelamento e aprimoramento da gestão organizacional da fundação. Em liminar no último dia 10 de março, a Justiça reconhece a necessidade de se reavaliar "travas internas" que têm contribuído para o "atraso e ineficiência" do sistema de reparação, mas decide pelo diagnóstico "completo em todos os setores" da Fundação Renova, antes de tomar outras medidas.

Já o pedido de criação de um eixo prioritário para discutir exclusivamente a reestruturação da entidade foi atendido pelo juízo. Dessa forma, houve a abertura de um processo judicial eletrônico específico para analisar pontos positivos e os fatores que necessitam de correção, cabendo às partes endereçar a este processo as petições e manifestações acerca do tema.

O Procurador Federal Marcelo Kokke explica que a criação da Renova permitiu a vinculação direta da responsabilidade das empresas acionistas da Samarco, responsável pelo desastre, cujas controladoras são: Vale e BHP Billiton. "A decisão permitirá ao Poder Judiciário, ao Poder Público e à sociedade obter um diagnóstico amplo e concreto com avanços e pontos de necessária melhoria na atuação. A atuação da fundação deve ser eficiente e sem interferência das empresas responsáveis", aponta.

Monitoramento - Segundo a decisão, o laudo pericial permitirá a "fiscalização e o monitoramento em tempo real da situação jurídica da Fundação Renova", bem como do cumprimento das obrigações judicialmente estipuladas, trazendo mais publicidade e racionalidade para o processo judicial. O perito deve realizar o diagnóstico completo em até 180 dias, com a apresentação de um relatório preliminar na metade desse prazo (90 dias, ou três meses).

Marcelo Kokke ressalta que os processos de reparação dos atingidos e de reparação ambiental contam com atuação conjunta de órgãos ambientais federais e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. "A partir desse processo judicial e liminar, nós vamos conseguir um aprimoramento, um redesenho, com grau de pragmaticidade e de revisitação de problemas, a fim de que haja uma efetiva concretização da reparação e da compensação em bases claras, transparentes e de autonomia da própria Renova", avalia.

Reparação - Mais de cinco anos após o maior desastre ambiental ocorrido no País, com derramamento de lama de rejeitos de mineração por aproximadamente 700 quilômetros nos dois estados, os chamados acordos de adesão facultativa, apoiados pela AGU, já possibilitaram a reparação de mais de 5 mil atingidos nos últimos 90 dias, aponta a instituição.

As indenizações, segundo a Justiça Federal, possuem a média de R$ 100 mil, alcançando R$ 600 mil em determinadas situações previstas em matriz de dano. O modelo de adesão facultativa não impede que os atingidos pleiteiem a reparação em ações individuais ou prossigam na ação coletiva. É uma alternativa que valoriza a autonomia da vontade do atingido e suas comissões.

Ainda segundo a liminar, o diagnóstico – a ser feito pelo perito mediante acesso irrestrito a todas as informações da Fundação Renova – permitirá que as ações de correção sejam tomadas com mais segurança. Os custos periciais devem ser arcados integralmente pelas empresas responsáveis pela tragédia. **(Com informações da AGU)**